

O NEOCORONELISMO E O NEOEXTRATIVISMO NA ÉPOCA DO ANTROPOCENO

Reginaldo Luiz Cardoso¹

RESUMO:

O artigo objetiva levantar questões relacionadas com diferentes campos do saber: o Antropoceno, o neocoronelismo enquanto instrumento de poder e a economia política do neoextrativismo aplicada ao território. A hipótese é que o neocoronelismo opera o neoextrativismo, driblando as exigências decorrentes do marco do Antropoceno. Tomamos como objeto de estudo a construção epistemológica dos processos que constroem socialmente um acidente sociotécnico. Com isto, obter uma melhor compreensão dos fenômenos interescares que moldam o território contemporâneo latino-americano.

Palavras-chave: Antropoceno; neocoronelismo; neoextrativismo.

ABSTRACT:

The article aims to raise issues related to different fields of knowledge: the Anthropocene, neocoronelism as an instrument of power and the political economy of neoextractivism applied to the territory. The hypothesis is that neocoronelism operates neoextractivism, circumventing the demands arising from the Anthropocene framework. Our object of study is the epistemological construction of the processes that socially construct a socio-technical accident. The aim is to gain a better understanding of the interscalar phenomena that shape contemporary Latin American territory.

Keywords: Anthropocene; neocoronelism; neoextractivism.

1 INTRODUÇÃO

Os conquistadores latinos, quando do “achamento”, ao colocarem os pés (e as mãos) sobre este estranho lugar, tiveram uma certeza: o encontro com o “Jardim do Éden”. Certeza fundamentada num mito da Teologia Medieval o qual dizia que o Paraíso

¹ Pós-doutorando em Planejamento Urbano e Regional (bolsa CNPq) e pesquisador do Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço - LabEspaço/IUPUR-UFRJ. E-mail: bauhaus2@uol.com.br.

Terreal se encontrava em algum lugar recôndito à espera, apenas, de ser descoberto. É neste mito que se encontra a raiz da condição sociopolítica-econômica e cultural subjacente à América Latina desde o seu “achamento”. Algo incorporado que se tornou uma espécie de DNA de todas as gerações subsequentes. Para o economista Alberto Acosta (2012), embora seja pouco crível à primeira vista, a pobreza de muitos países do mundo está relacionada à existência de uma significativa riqueza em recursos naturais. Compõe aquilo que denomina como “paradoxo da abundância” ou “maldição dos recursos naturais”.

Com o desenvolvimento e a difusão *en masse* das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos últimos 30 anos é de pressupor que a lógica contida no “paradoxo da abundância” tenha decaído. Porém, nesse ínterim, o capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valor econômico, no qual, as mais esotéricas inovações da ciência foram se transformando quase imediatamente em tecnologias práticas. Isso acarretou uma busca e extração frenética de recursos minerais, dos tradicionais, tais como ferro e manganês, àqueles até então pouco explorados, como lítio e terras raras, a fim de garantir a materialidade necessária ao acelerado implemento da infraestrutura digital e de sua expansão tecnológica.

Há um mote espanhol que nos diz que um arquipélago se encontra sempre separado por aquilo que o une. É com esta intencionalidade metodológica, fundamentada totalmente na interdisciplinaridade, que construímos este artigo, visando, através da metáfora do arquipélago, circunscrever esferas – ilhas – e, delas, por aproximações sucessivas, estabelecer interpretações analíticas do todo que as une.

Na primeira ilha aportada, baseamos nossa análise na premissa de que o exame da economia política de rearranjos territoriais permite-nos constatar a forma como atuam os atores políticos, independentemente do nível escalar em que estejam operando – municipal, estadual, federal ou transnacional – assim como a quais práticas e dinâmicas resultam de decisões tomadas no processo ainda pouco esclarecido que é o da construção social de acidentes sociotécnicos. Para tecer tal complexidade, elaboramos um operador de leitura: o neocoronelismo, uma releitura do conceito de coronelismo do Vitor Nunes Leal (1997 [1949]). Com o intuito de aumentar a nossa acuidade analítica e cartográfica lançamos mão do conceito categórico neoextrativismo que, diferentemente dos extrativismos antigos, caracteriza-se pela orientação quase que exclusiva à exportação e

pela grande escala dos empreendimentos uma vez que são megainvestimentos capital-intensivos e não mais trabalho-intensivos.

Na segunda ilha aportamos com a premissa de que o neocoronelismo e o neoextrativismo operam-se simultaneamente. O pano de fundo é, evidentemente, político, no qual a associação entre o neoextrativismo e a reversão das fronteiras da democracia aparece como um fato indiscutível: sem licença social, sem consulta às populações, sem controles ambientais e com escassa presença do Estado. Ou na fórmula da socióloga Maristella Svampa (2018b): “mais extrativismo, menos democracia”.

Na terceira e última ilha aportada, de caráter histórico-descritivo, abordamos o nó górdio deste processo, o conceito de Antropoceno ao qual, em um primeiro momento, elucidamos bibliograficamente em uma perspectiva interdisciplinar; em um segundo momento, tecemos relações de como o conceito em questão está imbricado com o território e que problemas trouxe ou acrescentou àqueles já crônicos; e, em um terceiro momento, implícito nos dois anteriores, analisamos a relação entre as *big techs* e a *megamineração*, seja no sentido da materialidade demandada, seja pelas consequências socioecológicas nefastas.

2 NEOCORONELISMO

O coronelismo foi um dispositivo de controle político que os donos do poder, basicamente os grandes proprietários rurais, criaram durante o período da Regência e que durou até o processo de substituição de importações – leia-se, industrialização –, planejado e implementado pelo Estado Novo. De forma sucinta, coronelismo é “este sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (Leal, 1997, p. 276). Como tese central, Leal propõe que o grande papel político-eleitoral do latifúndio seria consequência de sua decadência, além do progressivo fortalecimento do poder público em relação ao poder privado, denotando um paradoxo em sua estrutura. Leal analisou, de baixo para cima, esta estrutura, observando as formas de articulação entre o poder local e os poderes regional e central. Esse olhar, pioneiro na análise sistêmica do processo político brasileiro, revelou-nos que essas relações são relações de reciprocidade. Demonstrou como o coronelismo, antes de ser um fenômeno restrito ao privado, só foi possível a partir de uma relação determinada entre o privado e o público e que a estrutura existente entre essa cadeia se fundamentava na lealdade.

Com o advento da República, o Brasil superpõe um regime eleitoral-representativo de base mais ampla que a do Império, porém com uma estrutura ainda arcaica, na qual, o latifúndio, embora decadente, detinha um poder residual importante. Com isso, os proprietários de terra ganharam uma nova moeda de troca: mobilizar e controlar o voto de milhões de cidadãos pobres e despolitizados. Leal previu que o poder político-eleitoral dos “coronéis” debilitar-se-ia em função de aperfeiçoamentos na legislação eleitoral e do peso da população urbana em relação à rural.

Leal acertou parcialmente uma vez que o fenômeno ressurgiu sob um novo patamar aqui denominado como neocoronelismo². E o que o define? O deslocamento paulatino da antiga estrutura – os “coronéis” – para as mãos das empresas, notadamente, as grandes empresas. Esta transição foi muito bem documentada por Piquet (1998), embora, assinala-se, a autora não tenha definido assim o processo, mas que, a partir da sua descrição, assim podemos aferir. De todo modo, o neocoronelismo expressa e opera a contradição capitalista fundamental: a de que a produção, um processo social coletivo, seja conduzido e controlado de forma privada (Paraná, 2022). Assim, o neocoronelismo faz-se um promotor, não eleito, fomentador de políticas públicas e possuidor de um poder quase ubíquo, pois atua nas escalas municipal, estadual, federal e global e (des)organiza tudo à sua volta para atender exclusivamente a seus interesses. Para que este dispositivo de poder logre, é necessário moldar o território, dominando-o tanto econômica quanto simbolicamente, algo capaz de fazer com que uma maioria quase absoluta aceite consensualmente as suas condições através de um deslizamento de sentido, em um abraçar voluntarioso e fantasmático de um mundo apenas visto e percebido enquanto negócio, com o medo exercendo a hegemonia no circuito dos afetos. Em termos práticos, atua na cotidianidade fomentando a hostilidade, seja na forma de subjugação de sua população à lógica econômica pré-estabelecida, seja na destruição de seus territórios, criando um exército de desterrados em sua própria terra, realidade dos atingidos pelos acidentes sociotécnicos de amplo impacto midiático, que passam a viver à sua própria sorte logo que são “esquecidos”, como de fato, só para citarmos um exemplo, vemos há mais de nove anos após o desastre-crime sociotécnico da Samarco em Mariana-MG.

² Este conceito aparece pela primeira vez em um artigo da socióloga e cientista política Maria Antônia Alonso de Andrade, em 1985, na tentativa de se abordar a forma como as velhas oligarquias se acomodaram ao tipo de modernização proposto pelo Estado no pós-64, sendo importante, portanto, para perceber as relações entre “permanências e mudanças na estrutura do poder regional”. A utilização que faço do conceito é um *aggiornamento* dialogado com o texto de Victor Nunes Leal. A rigor, uma releitura.

3 MEIOS SÓCIOTÉCNICOS

A socióloga Saskia Sassen causou espécie, em 1991, ao descrever o novo *modus operandis* que fiava o desenvolvimento e o robustecimento da financeirização da economia. Se, por um lado, havia um entusiasmo acrítico de que a inovação tecnológica colocava todas as expectativas dentro do chamado campo virtual, por outro, havia uma mudança radical no mundo real, principalmente no trabalho, que estava sendo colocado em segundo plano. Sassen (2005) demonstrou que ambos os fenômenos não estavam longe um do outro, mas, sim, faziam um par dialético. Não há mundo virtual sem o mundo real das coisas, e vice-versa. Ou seja, para ocorrer essa vasta massa de informatização, fluida por definição, há a necessidade de uma gama enorme, incomensurável, de materiais e coisas.

Sassen (1998) percebeu ainda que o fio de sustentação desse novo rearranjo sistêmico, é bom que se frise, era o capital financeiro conduzido por fios e cabos ao redor do mundo, mas que, para se realizar, tinha que se ancorar em algum lugar, em algum ponto de capitonagem, espaço de controle dos processos – geração, gestão e inovação. Enfim, uma miríade de “lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização” (Sassen, 1998, p. 13). A questão a ficar é em qual medida e que efeitos trazem esses diferentes graus de inserção.

Esta reflexão nos aponta que uma nova questão territorial está na ordem do dia. Para sermos específicos, e pensando no Brasil, trata-se do rearranjo territorial paraestatal que compromete a própria ideia de democracia e de soberania do Estado. Rearranjos feitos, em geral, com empresas transnacionais no mais das vezes, em que a cidadania se torna aquilo que o mercado, e não o Estado, determine que seja (Ong *apud* Lopes, 2009). Nesse cenário, a ordem e sua manutenção – a governamentalidade – passam a ser quase a única função do Estado demandada por esses agentes. Obviamente, diminuindo drasticamente as prerrogativas democráticas e tudo que ela demanda enquanto garantia do exercício da cidadania.

De qualquer modo, o que resulta do modelo concentracionário identificado por Sassen é o aumento exponencial das desigualdades, definida como “o aumento da distância entre os ricos e os pobres” (Secchi, 2019, p. 35). Nas palavras de Merrifield (2019, p. 19, tradução nossa), “o que ocorreu é que, ao invés de apoiar ideológica e materialmente as pessoas, o Estado passou a apoiar ideológica e materialmente o capital, sobretudo o capital financeiro e mercantil”. Dentro desta perspectiva, com o capitalismo 4.0, estamos diante de uma nova questão territorial.

Entretanto, a que se refere o capitalismo 4.0? De acordo com o historiador A. Galliano (2020), esta denominação aporta junto com a indústria 4.0 ou, se quisermos, a 4ª Revolução Industrial. Para o autor, ela é composta pela integração de três tecnologias que permite transformar qualquer objeto em robô: a internet das coisas, o aparecimento das plataformas e o desenvolvimento do algoritmo. Combinadas, acabam dando lugar a “um sistema ciberfísico que integra objetos com internet, extrai dados dessa interação e os emprega para automatizar mais e mais funções” (*Ibid.*, p. 13). Contudo, conforme ressalta, o conceito implica em uma periodização problemática uma vez que as indústrias 1.0 e 2.0 se definem por uma fonte de energia, respectivamente, o vapor e a eletricidade. Embora a 2.0 agregue um processo produtivo – a linha de montagem – como a 3.0 – a automatização –, esta última não inclui uma nova fonte de energia. E a 4.0 é uma combinação das tecnologias preexistentes sem que tenha ocorrido um invento fundamental como nas outras etapas. Importante assinalar, junto com Galliano, que a passagem da Indústria 3.0 para a 4.0, ocorreu de maneira bastante singular. Gestada no Vale do Silício, a 3ª Revolução Industrial surgiu com o controlador lógico programado Modicon, origem da automatização digital. O que a fez crescer exponencialmente de 1969 até a crise das ponto-com em 2000, que resultou em uma gama enorme de empresas falidas, cuja infraestrutura digital foi adquirida na bacia das almas pelas sobreviventes. Portanto, o capitalismo 4.0 nasce enquanto uma extensão do capitalismo 3.0 em tempos de crise, o que nos permite dizer que, embora cada novo subperíodo do capitalismo tenha nascido de uma crise, o capitalismo 4.0 parece fazer da crise sua essência, uma vez que se caracteriza substancialmente pela instabilidade, assimetrias de toda ordem e conflito permanente. Dessa maneira, “cada indústria não se esgota dentro da fábrica, e suas transformações abarcam toda a sociedade que segue sendo capitalista” (Galliano, 2020, p. 14). Ainda nesse diapasão, Bernard Stiegler (2013), levantando a questão da velocidade da velocidade – aceleração exponencial –, promotora das mudanças técnicas e tecnológicas dos últimos 30 anos, observa que esta aconteceu sobre o contexto de uma Revolução Conservadora.

3 BIG TECHS E MEGAMINERÍA³

³ *Megaminería*: utilizo aqui o termo em espanhol/castelhano como atestado de origem do conceito, no caso, América Latina, vindo das hostes, principalmente, de pesquisadores da Argentina, Chile, Equador e Uruguai. Traduza-lo, creio, o faria perder a potência política de origem. Além do mais, é uma postura que é comumente utilizada com outros termos estrangeiros *urbe et orbi*.

Grosso modo, neste universo temos, de um lado, as *big techs*, incensadas e simultaneamente envolvidas em onerosos litígios ao redor do planeta, e, de outro, a *megaminería* - o neoextrativismo mineralógico - igualmente envolvida em crises sociais, políticas, ambientais etc. Conforme o geógrafo Carlos García (2019), “a verdadeira ‘inovação disruptiva’ de um projeto que foi concebido no Vale do Silício não tem sido de natureza tecnológica, mas focada em outro aspecto: a disputa das narrativas”. Disputa esta que nos faz corroborar com a tese de Sassen (2015, p. 24): “estamos testemunhando a construção não tanto de elites predatórias, mas de ‘formações’ predatórias, uma combinação de elites e capacidades sistêmicas com as finanças como facilitador-chave, empurrando para uma concentração aguda”.

O neoextrativismo é definido aqui, usando uma expressão da urbanista Keller Easterling (2016), como o *doppelgänger*⁴, a sombra da indústria 4.0 dominada pelas *big techs*, “as grandes empresas associadas a plataformas de uso intensivo de dados, quase todas situadas na América do Norte, e também cada vez mais na China” (Morozov, 2018, p. 144). Ironicamente, sejam as *big techs*, seja a *megaminería*, ambas lidam com extração. Basta ver o termo *data mining* cuja premissa-chave “é a de que os usuários são estoques de informações valiosas” (*Ibid.*, p. 165). E mais, escavam “a nossa psique tal como as empresas de petróleo escavam o solo; e os dados seguem jorrando de nossos reservatórios emocionais” (*Ibid.*, p. 166).

Aparando as pontas, como já visto com Sassen, o sociólogo Moritz Altenried (2022) reafirma que a questão de uma economia “sem peso” ou “virtual” já foi devidamente refutada, e que, devido a isto, “qualquer análise do capitalismo digital deve pensar em suas infraestruturas e materialidades, especialmente em um momento de conflitos globais de recursos e energia e uma dramática crise climática”.

Assim, como bem explica Svampa (2018b), o neoextrativismo é um conceito chave com amplo poder analítico nascido na América Latina, portador de grande potência descritiva e explicativa, caráter enunciativo e forte poder mobilizador. Portanto, é um conceito de corte fundamentalmente político. Desta maneira, na medida que alude a padrões de desenvolvimento insustentáveis e adverte sobre o aprofundamento de uma

⁴ Como vimos, Sassen foi uma das pioneiras em perceber este *doppelgänger*, este duplo, quando todos arrogavam os feitos do mundo virtual em descrédito do mundo real, da cotidianidade, o mundo da preocupação como nos lembra Kosik (1976).

lógica de despossessão, tem a particularidade de iluminar um conjunto problemático multiescalar que define diferentes dimensões da crise socioecológica (*Ibid.*).

O que permite a amplitude do fenômeno encontra-se no paradoxo presente desde a conquista e o genocídio, onde o extrativismo na América Latina foi reconfigurando a região ao sabor de sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital. Para Svampa (*Ibid.*), a continuidade se faz presente no atávico imaginário social calcado na crença infinita na bondade da natureza. Uma reconfiguração que, a nível local, tolerou grandes contrastes entre a rentabilidade extraordinária e a extrema pobreza, naquilo que Acosta (2012) nomeou como “paradoxo da abundância” ou “maldição dos recursos naturais”, assim como uma grande perda de vidas humanas e degradação de territórios, convertidos, assim, em áreas de sacrifício (Svampa, 2018b; Almonacid, 2022). Hoje, devido à atual ‘moda’ do Ciclo de Descarbonização e ao avanço da *megaminería* é como se o Norte Global estivesse dizendo a esta parte do Sul do Sul Global: “Bem, estamos naufragando todos e, para que a tragédia não seja maior e pior, é necessário que alguns se sacrifiquem pelo todo”. Numa frase: a América Latina como zona de sacrifício global. Em linhas gerais, é o que define o neoextrativismo. Dessa maneira, o neoextrativismo se encontra no centro da acumulação contemporânea, porque, efetivamente, como vários autores assinalaram, é na estabilização de um modo de vida consumista que impulsiona a aceleração do metabolismo social do capital (Huws, 2015, Svampa, 2018b; Antunes, 2020). Tal aumento do metabolismo social do capital, no marco do capitalismo avançado, exige, cada vez mais, para sua manutenção, uma maior quantidade de matérias primas e de energias, ao qual se traduz por uma maior pressão sobre os bens naturais e os territórios (Svampa, 2018b, p. 18). E como chama a atenção a urbanista Maite Aizpuru (2010): “nada pode crescer indefinidamente – leia-se, exponencialmente – em um meio finito”.

Assim, uma das características do neoextrativismo é a grande escala dos empreendimentos, o seu gigantismo. Isso decorre do fato de que são megaempreendimentos capital-intensivos antes que trabalho-intensivos (Svampa, 2018b, p. 22). Para ela, é indubitável que, no século XXI, o extrativismo adquiriu novas dimensões, seja pela quantidade e escala dos projetos, seja pelos diferentes tipos de atividades e pelos atores nacionais e transnacionais envolvidos. O que lança novos e complexos desafios forjados pelos neoextrativismos, os quais entrelaçam alta tecnologia,

divisão internacional do trabalho e do capital, avanços sobre novas fronteiras e, sobretudo, o agravamento dos efeitos-derrame⁵ da mineração (Gudynas 2022; Zhouri, 2018).

É na periferia globalizada e através do neoextrativismo que se expressa a meticulosa mercantilização de todos os fatores de produção ligadas à atual fase do capitalismo neoliberal, ao qual tem como consequência a expansão das fronteiras de exploração do capital através da imposição de modelos de desenvolvimento insustentáveis em grande escala, onde se conjugam: rentabilidade extraordinária, destruição de territórios e despossessão de populações (Svampa, 2018b).

Paradoxalmente, na América Latina, o neoextrativismo se expandiu em um contexto de mudança de época, marcado pela passagem do “Consenso de Washington”, associado à valorização financeira e ao ajuste estrutural. Com o fim do chamado “superciclo das *commodities*”, em 2013, longe de significar um debilitamento, nos confrontou com um aprofundamento do neoextrativismo em todos os países da América Latina (Svampa, 2018b, p. 12-13). A continuidade de tal modelo, que tem persistido desde governos explicitamente neoliberais dos anos 1990 até experiências governamentais posteriores, protagonizadas por partidos de base progressista, levou ao esvaziamento de contrapesos e contestações. Isto ajudou, de certo modo, a naturalizar o seu caráter primário exportador, reduzindo o escopo da discussão pública e favorecendo posturas complacentes com marcos legais, mas também sobre condições de ilegalidade e alegalidade⁶, com o desrespeito a direitos, corrupção e com uma aura de segredo que em nome da confidencialidade comercial, tende-se a atribuir caráter quase-militar à logística destes tipos de projetos (Gudynas, 2012; Acselrad, 2018).

Sem dúvida, tais transformações emergem no bojo de uma nova ordem econômica e político-ideológica sustentada pelo *boom* internacional dos baixos preços de matéria-prima e bens de consumo demandados pelos países desenvolvidos e potências emergentes no período entre 2000 e 2011, processo identificado por Svampa (2013) como “Consenso das *Commodities*” na América Latina. Em suma, o “Consenso das *Commodities*” se fundamenta na exportação em grande escala de bens primários, no crescimento

⁵ Por efeitos-derrame – *efectos derrame* – desses extrativismos, o autor se refere às “mudanças ou modificações nas políticas públicas e nos conceitos que as sustentam, de maneira a facilitar e apoiar os extrativismos. O exemplo mais claro ocorre com as modificações ou flexibilizações nas políticas ambientais que reduzem, recortam ou travam as exigências, controles ou monitoramentos sobre empreendimentos extrativos” (Gudynas, 2022).

⁶ Alegalidades são práticas pelas quais se busca tirar vantagem das limitações ou vazios nas normas para lograr um benefício ou uma vantagem que se suporia que a normativa impedia ou proibia (Gudynas, 2022).

econômico e na expansão do consumo (Acosta, 2012; Svampa, 2013; Galliano, 2020). De um Consenso a outro, é o “Consenso dos Extrativismos” que envolve ambos, onde se vê o Estado renunciando a prerrogativas de controle sobre o seu território – e sobre seus cidadãos – quando julgar que a omissão possa ser-lhe recompensadora – ao menos na economia.

Isto abriu as portas, do ponto de vista econômico, para a reprimarização da economia, visível na reorientação a atividades primário extrativas com escasso valor agregado. Assim, para o economista E. Gudynas, o neoextrativismo compõem-se de atividades que removem em alta intensidade grandes volumes de recursos naturais não processados (ou limitadamente), orientados para a exportação como bens primários, caracterizados pelo uso intensivo de água, energia e recursos (Gudynas, 2022). O que nos leva ao capital financeiro que controla as rédeas do neoextrativismo desempenhando “um papel fundamental nas operações de extração de matérias primas, assim como na organização da logística de sua circulação” (Svampa, 2018b). Característica que Acosta (2012) denominou, com muita precisão, de “monomentalidad exportadora”.

4 O ANTROPOCENO

Justamente na passagem do milênio, em 2000, o “fim do mundo” fez a sua aparição na forma um de conceito geohistórico. Veio pelas mãos do químico holandês e Prêmio Nobel de Química de 1995 Paul J. Crutzen e do biólogo estadunidense Eugene F. Stoermer – o primeiro a cunhar o termo Antropoceno em 1980, para se referir ao impacto das atividades humanas sobre o planeta Terra. Demonstrando o estado da arte dos efeitos antropogênicos no planeta - “parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia propondo o uso do termo Antropoceno para a época geológica atual” - sugerem, como recorte temporal da nova época, a parte final do século XVIII com a seguinte justificativa: “Essa data coincide com a invenção, em 1784, por parte de James Watt, do motor a vapor. Por volta daquela época, meios bióticos na maioria dos lagos começaram a mostrar grandes mudanças (Crutzen; Stoermer, 2015).

A partir de então, o conceito, expresso em um *paper* de página e meia, provocou um debate sem fim, intenso, com várias nuances, tanto nas ciências da terra quanto nas ciências sociais e até mesmo no campo artístico. O filósofo Peter Sloterdijk (2019, p. 89) observou que “devido a uma série de acasos desconhecidos, este sintético vírus semântico terá conseguido passar as portas bem isoladas dos laboratórios e ter-se-á espalhado no mundo da vida comum”. A importância do conceito, esclarece Svampa (2018a, p. 151),

encontra-se no fato de que “a categoria Antropoceno se revelou central para fazer referência à atual crise socioecológica. Em termos de diagnóstico, o Antropoceno instala a ideia de umbral frente a problemáticas já evidentes”. Para ela, decorrente desta importância adquirida, o conceito instala-se em um campo de disputa, “não tanto ligado ao alcance da crise socioecológica – cuja gravidade é amplamente enfatizada – quanto à questão de elucidar quais são os caminhos de transição ou os mecanismos de intervenção propostos para superar essa crise (*Ibid.*, p. 152).

Nesse campo de disputa encontra-se também a discussão sobre outros possíveis recortes temporais para além do sugerido por Crutzen e Stoermer. De um lado, o grupo *Anthropocene Working Group*, encabeçado pelo paleobiólogo Jan Zalasiewicz (2022) da Universidade de Leicester, defende que o planeta ultrapassou o umbral de uma nova era geológica somente a partir da década de 1950, pois os sinais estratigráficos que determinam essa mudança são os resíduos radioativos do plutônio, depois dos numerosos ensaios com bombas atômicas realizados em larga escala nesta década do século XX. De outro lado, a linha encabeçada pelo historiador ecomarxista Jason Moore, que discorda do termo Antropoceno, uma vez que haveria que se indagar nas origens do capitalismo e na expansão das fronteiras da mercadoria ao longo da Idade Média para dar conta da fase atual, ao qual ele denomina Capitaloceno. A tese do Capitaloceno, como afirma Moore (2020), é que “para entender a crise planetária atual, precisamos olhar o capitalismo como uma ecologia-mundo de poder, produção e reprodução”. Dentro deste campo, a zoóloga Donna Haraway, desenvolvendo a linha argumentativa de Jason Moore, afirma que a natureza barata realmente acabou. Para ela, a questão vai muito além das mudanças climáticas: “trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc.” (Haraway, 2016, p. 139). Este ponto crucial denota que a biosfera está, cada vez mais, deixando de ser um lugar de refúgio no mundo para todos os seres vivos ou não. Sem dúvida, como assinala veementemente a antropóloga Anna Tsing (2019, p. 23), nosso tempo é o Antropoceno, um tempo de extinção em massa e uma era de emergências. E o que emergiu?

Eu uso o termo “diversidade contaminada” para referir-me a modos culturais e biológicos de vida que se desenvolveram em relação aos últimos milhares de anos de difusão da perturbação humana. [...] Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária - assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável.

Contudo, é consensual, independente do ponto de vista ideológico do interlocutor, que o Antropoceno se desenvolve inteiramente no processo de desenvolvimento, solidificação e expansão do capitalismo. Na síntese do historiador Jussi Parikka, a durabilidade deste debate, que começou em 2000, justamente na passagem do milênio, acabou transformando o conceito Antropoceno em Antropobsceno.

Porém, por que o Antropobsceno? Por que não somente adaptar-se ao uso normalizado do Antropoceno? Em resumo, a soma do obsceno é autoexplicativa quando se começa a considerar as práticas insustentáveis, politicamente enganosas e eticamente suspeitas que sustentam a cultura tecnológica e suas redes corporativas. [...] chamar isso de ‘antropobsceno’ apenas enfatiza o que já sabíamos, mas evitávamos enfrentar: o terrível impulso causado pelo homem em direção à sexta extinção em massa das espécies (Parikka, 2018, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que propusemos aqui foi refletir sobre a inter-relação entre três conceitos – o Antropoceno, o neocoronelismo e o neoextrativismo. O Antropoceno, época geohistórica em que o homem aparece enquanto agente geológico causador de mudanças na história da Terra; o neocoronelismo, um promotor, não eleito, fomentador de políticas públicas e possuidor de um poder quase ubíquo, pois atua nas escalas municipal, estadual, federal e global e (des)organiza tudo à sua volta para atender exclusivamente os seus interesses, ou seja, os do grande capital; e, o neoextrativismo, a manifestação neoliberal do extrativismo, que, diferentemente dos extrativismos antigos, se caracteriza pela orientação quase que exclusiva à exportação e pela grande escala dos empreendimentos uma vez que são megainvestimentos capital-intensivos e não mais trabalho-intensivos.

Seguindo este caminho comprovamos que a estreita relação entre as *big techs* e a *megaminéria* – a manifestação do extrativismo no estágio liberal do capitalismo só se torna ótima quando o neocoronelismo e o neoextrativismo operam-se simultaneamente.

Ao finalizar este artigo esperamos ter contribuído para o avanço da produção do conhecimento face a três eixos específicos. No primeiro, o econômico, ajudar a entender como o fenômeno do neocoronelismo opera *ad hoc* no território subjugando o poder político e transformando a população em refém das vontades do capital e de como o mesmo tensiona e molda os espaços. Em um segundo eixo, o político, demonstrar como as decisões políticas dos poderes instituídos estão referenciadas pelo eixo econômico entendido, criando assim, pelo menos, um esboço da economia política dessa construção. No terceiro, no sentido socioecológico, confeccionada a nossa cartografia do arquipélago, identificar de que forma o neocoronelismo se mobiliza para o exercício do controle do

território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política, quiçá cultural, que decompõe o território nacional em novos fragmentos “glocalizados”.

Por fim, o esforço deste artigo concentrou-se nas consequências da materialidade do mundo virtual, na sua insistência em instrumentalizar toda e quaisquer vidas em detrimento de seus valores intrínsecos. Assim sendo, obtivemos uma melhor compreensão dos fenômenos interescares que moldam o território brasileiro e latino-americano contemporâneo, desde os poderes constituídos até os modelos de intervenção territorial; o que nos abre uma possível diretriz de ação no sentido de apontar caminhos do como se poderá transformar esses territórios em espaços mais democráticos e, portanto, mais humanos. Afinal, o Antropoceno nos adverte que não é sequer exequível pensar em sustentabilidade perante o neoextrativismo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. **Ecoportal**, 25 jul. 2012. Disponível em: https://www.ecoportal.net/temas-especiales/mineria/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/. Acesso em: 27 mar. 2023.

ACSELRAD, Henri. Mariana, novembro de 2015: A Genealogia Política de um desastre. In: ZHOURI, Andréa (org.); R. Oliveira et alii. **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018, p. 155-174.

AIZPURU, Maite Z. Crónica de una muerte anunciada: una revisión de los “Límites del Crecimiento”. **Red Nuestras Ciudades**, Madrid, 08 dic. 2010. Disponível em: <https://rednuestrasciudades.blogspot.com/2011/03/cronica-de-una-muerte-anunciada-una.html>. Acesso em: 13 maio 2021.

ALMONACID, Luis E. Para una lectura a las zonas de sacrificio desde las zonas del no-ser. In: ALISTER, Christian *et al.* **Cuestionamientos al modelo extractivista neoliberal desde el Sur**: capitalismo, territorios y resistencias. Santiago: Ariadna Ediciones, 2022. E-book.

ALTENRIED, Moritz. Fábrica Digital, Migração Virtual E Gênero. **Digilabour**, 23 fev. 2022. Entrevista concedida ao Digilabour. Disponível em: <https://digilabour.com.br/pt/fabrica-digital-migracao-virtual-e-genero-entrevista-com-moritz-altenried/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho virtual? **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/trabalho-virtual/#more-6521>. Acesso em: 29 abril 2023.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. O antropoceno. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, sem número, 06 nov. 2015.

EASTERLING, Keller. Zonas de excepción económica. **ARQ (Santiago)**, Santiago, n. 92, p. 16-25, abr. 2016.

GALLIANO, Alejandro. **¿Por qué el capitalismo puede soñar y nosotros no?** Breve manual de las ideas de izquierda para pensar el futuro. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2020.

GARCÍA, Carlos. **Airbnbullshit**: la contrahistoria de Airbnb contada desde Barcelona. Barcelona: Carlos García ed., 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Los extractivismos sudamericanos hoy: permanencias y cambios entre el estallido social e la pandemia. In: ALISTER, Christian *et al.* **Cuestionamientos al modelo extractivista neoliberal desde el Sur**: capitalismo, territorios y resistencias. Santiago: Ariadna Ediciones, 2022. E-book.

GUDYNAS, Eduardo. Una izquierda marrón en América del Sur. **Ecología Política – Cuadernos de Debate Internacional**. Barcelona, n. 43, jun. 2012, p. 08-12.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica** – pesquisa, jornalismo e arte, ano 3, n. 5, abril 2016, p. 139-146.

HUWS, Ursula. **El capitalismo y el cibertariado**. Monthly Review, vol. 66, nr. 8, jan. 2015, p. 42-57.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOPES, Dawison Belém. Neoliberalismo como exceção ou exceções ao neoliberalismo? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, 2009, p. 186-190.

MERRIFIELD, Andy. **La nueva cuestión urbana**. Pamplona: Katakarak Liburuak, 2019.

MOORE, Jason. Capitaloceno y justicia planetaria. In: GALVEZ, Alejandro H. (org.). **Ciudad (In)sostenible**. Ciudad de México: Arquine, 2020, p. 13-22.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PARANÁ, Edemilson. Bitcoin e finança digitalizada. **Digilabour**. 07 fev. 2022. Entrevista concedida a Evgeny Morozov. Disponível em: <https://digilabour.com.br/bitcoin-e-financa-digitalizada-entrevista-com-edemilson-parana/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PARIKKA, Jussi. **Antropobsceno y otros ensayos**: medios, materialidad y ecología. Ciudad de México: Remediabables, 2018.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones**: brutalidad y complejidad en la economía global. Buenos Aires, Madrid: Katz Editores, 2015.

SASSEN, Saskia. The Global City: introducing a concept. **The Brown Journal of World Affairs**, Providence. Winter/Spring 2005, v. XI (2), p. 27-43.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SECCHI, Bernardo. **A cidade dos ricos e a cidade dos pobres**. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2019.

SLOTEDIJK, Peter. O Antropoceno: estado de um processo à margem da história da Terra? (2019 [2016]). In: Mendes, J. Ribeiro; Sylla, B (org.). **Tecnofilosofia líquida**: Anders, Blumenberg e Sloterdijk. Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade, p. 89-100.

STIEGLER, Bernard. El desafío de esta época es recobrar el saber individual. **Hincapié**, 13 maio 2013. Disponível em: <https://www.revistahincapie.com/el-desafio-de-esta-epoca-es-recobrar-el-saber-individual/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SVAMPA, Maristella. Imágenes del fin: narrativas de la crisis socioecológica em el Antropoceno. **Nueva Sociedad**, n. 278, nov.-dic. 2018a, p. 151-164.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara, Jalisco: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS), 2018b.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los *Commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar.-abril 2013, p. 30-46.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Míl Folhas, 2019.

ZALASIEWICZ, Jan. **Conversation with Jan Zalasiewicz**. Haus der Kulturen der Welt; Max Planck Institute for the History of Science May, Berlin, 18, 2022. Disponível em: <https://www.anthropocene-curriculum.org/contribution/conversation-with-jan-zalasiewicz>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ZHOURI, Andréa. Introdução: Produção de conhecimento em um ‘campo minado’. In: ZHOURI, Andréa (org.); R. Oliveira et alii. **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018, p. 08-26.

I

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO
E CRISE DO CAPITAL: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO

